Desafios dos movimentos sociais em tempos de globalização

FERNANDO ANTONIO DA COSTA VIEIRA
MESTRE EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
E PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO

HIRAN ROEDEL
COORDENADOR DO CURSO ECONOMIA E SOCIEDADE DO RIO DE JANEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O presente trabalho objetiva analisar o papel dos movimentos sociais no Brasil na década de 1990. Entende-se que se manifesta, nessa década, um refluxo dos movimentos, relacionado este com a construção de um consenso neoliberal que nega a atualidade da luta de classes. Sendo assim, a abordagem não se limitará ao campo econômico, mas priorizará os campos político-ideológico.

Desse modo, exige-se a abordagem histórica da construção do referido consenso, o que nos remete para a década de 1980, quando a aliança internacional entre os governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, passaram a adotar a estratégia de expansão econômica conciliada com a flexibilização das leis sociais e desregulamentação das legislações trabalhistas. Esse projeto foi difundido mundialmente fragilizando de forma crescente os movimentos de trabalhadores, ameaçados cada vez mais pelo risco do desemprego.

Com o acelerado avanço tecnológico, a projeção do desemprego passou a assumir um caráter estrutural, sem que a ordem neoliberal dispensasse atenção para as questões sociais. Nessa conjuntura, reforçou-se a competição entre os trabalhadores fragilizando laços coletivos de solidariedade e estimulando uma ética individualista e apolitizada. Os reflexos do avanço da ordem neoliberal no Brasil ganham projeção a partir da eleição de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990.

No entanto, a base social de perfil conservador de sustentação desse projeto permite o recrudescimento de movimentos sociais, em especial no

campo. Onde o processo de exclusão se intensifica vem à tona com mais força a luta secular pela posse da terra. Sendo assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, se apresenta como a expressão maior do aguçamento da luta de classes no Brasil, bem como a sua organização e atuação política demonstram a atualidade dessa luta.

Globalização e modernidade: metáforas do capitalismo contemporâneo

Vive-se hoje no mundo um acelerado processo de transformações na estrutura econômica. A crescente integração dos mercados mundiais em rede, viabilizado em grande parte pelo avanço tecnológico, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades de negócios, tem, igualmente, aumentado as tensões estruturais principalmente nos países periféricos. Observa-se uma pressão em direção às mudanças, o que tem gerado, desse modo, um reforço das contradições entre ricos e pobres.

A proximidade com esse processo de transformações, entretanto, tem demonstrado que o quadro conceitual existente não vem sendo capaz de oferecer, de maneira satisfatória, explicações sobre esse novo cenário pautado na velocidade das comunicações. Tal incapacidade leva à utilização de metáforas como pós-modernidade, sociedade pós-industrial, aldeia global, fábrica global, globalização etc., cujas limitações interpretativas decorrem, dentre outros fatores, das dificuldades de apreensão das diversas facetas do processo em que se está inserido.

Se por um lado essas metáforas destacam o aspecto da integração econômica e política no mundo, por outro deixam de demonstrar o desenvolvimento do processo em sua totalidade, como um todo orgânico estruturado em sua relação com o conjunto.[1] No entanto, tem-se observado a afirmação, a partir das décadas de 1980/1990, como proposta síntese do fenômeno de integração, do vocábulo globalização, que vem assumido posição hegemônica no quadro conceitual, orientando econômica, política e culturalmente as transformações em curso.

[1] Michael Löwy. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 16.

Objetivando externar a tendência cada vez mais dominante das estratégias dos conglomerados empresariais na constante busca de inserção no mercado de abrangência planetária, mesmo que as empresas que atuam no mercado externo continuem fortemente ligadas a seus territórios de origem permanecendo, portanto, com perfil multinacional,[2] o termo globalização se ligou de forma mais presente ao vocabulário interpretativo dos fenômenos econômicos. À vulgarização do termo acoplou-se o sentido de desterritorialidade do capital obedecendo, desse modo, aos interesses político-econômico e ideológicos.[3] A partir deste, difunde-se a idéia de integração internacional dos mercados nacionais criando o entendimento, mesmo que imaginário, de que estes interagem de forma global e, portanto, impondo-se com condição de se estabelecer como a realidade da relação das grandes potências econômicas e, principalmente dos Estados Unidos, com os demais países.

Alguns autores, entre os quais, Celso Furtado, vêm destacando, contudo, os efeitos perversos da globalização sobre os países periféricos. Observa-se que a desarticulação das forças sincrônicas de defesa das economias nacionais tem levado a uma situação de permanente dependência ao expor esses mercados à concorrência sem salvaguardas.[4]

O cenário que se formou, a partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, incentivado pelo grande volume de capital especulativo circulante no mercado internacional, elevou o dólar à condição de principal lastro monetário mundial. Ao mesmo tempo, a maior presença desse tipo de capital no mercado, impôs a necessidade de aperfeiçoamento dos meios técnicos comunicacionais como condição à aceleração de sua circulação.

Emergiu uma conjuntura, em fins da década de 1980, de incentivo à ampliação do processo de intercâmbio econômico-comercial. Nesse caso, a íntima articulação do avanço tecnológico com as exigências do capital financeiro, tem agido como fator de incentivo para o aperfeiçoamento tecnológico na área de comunicação, tendo em vista a necessidade cada vez maior do estabelecimento da comunicação em tempo real.

[2] Paul Hirst e Grahame Thompson. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 30 e 151.

[3] Louis Althusser. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 85 e 88.

[4] Celso Furtado. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 29.

No quadro internacional, os discursos de defesa do livre mercado passaram a apresentar como pilares do processo de globalização os setores financeiro, de comunicação e comercial. Nesse contexto, para viabilizar a interação entre os setores econômicos, o meio técnico-científico comunicacional vem ganhando cada vez mais projeção.

Mais que qualquer outro, o fluxo de capitais financeiros passa a ser o grande beneficiário das novas possibilidades oferecidas pela infra-estrutura tecnológica. Surge um novo mercado, agora virtual, cujas transações ampliadas a vários outros setores econômicos atrelam-se, incondicionalmente, à telemática que aparece, então, como meio existência de tipo de mercado.

Sob esse aspecto, os países integrantes do Grupo dos 7 (G7)[5] permanecem ocupando papel central, pois continuam sendo os principais geradores e distribuidores dessas novas tecnologias, bem como concentrando o maior volume do fluxo comercial e financeiro no mundo. Dessa forma, o reforço da hierarquização econômico-política apresenta-se como sintoma automático nas relações internacionais no momento em que os investimentos externos privilegiam os setores industriais de alto valor adicionado, como produtos químicos, automóveis e eletrônicos.[6]

A sincronização dos ciclos de negócios das principais potências econômicas a partir dos anos 1980, impulsiona a formação de blocos econômicos. Na passagem da década de 1980 para a década de 1990, a organização desses blocos passou a pontuar as conjunturas políticas e econômicas nos continentes americano, europeu e asiático.

Quando os Estados Unidos assumiram o controle o sistema bancário internacional, o déficit fiscal norte-americano passou a ser financiado pelos maiores bancos do mundo. Nessa conjuntura, a economia mundial ficou refém, nas duas últimas décadas do século XX, da flutuação das taxas de juros desse país. Obrigava-se, com isso, à maioria dos países a adotarem políticas fiscais e monetárias objetivando superávits comerciais que têm na essência a retração do crescimento econômico nacional.[7]

[5] Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Japão.

[6] Cf. Paul Hirst e Grahame Thompson. *Op. cit.*, capítulo IV.

[7] Cf. Maria da Conceição Tavares. A retomada da hegemonia norte-americana. In: Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 33-34 e 36.

Essa conjuntura tem levado, portanto, ao aguçamento das contradições não somente entre os países ricos e pobres, mas também nos cenários nacionais. A desarticulação das defesas dos mercados dos países pobres em benefício dos grandes conglomerados internacionais, vem proporcionando o aprofundamento das disparidades sociais, o que tem atuado como importante ingrediente no agravamento dos conflitos de classe nessas regiões.

Globalização e despolitização: alienação e sociedade do espetáculo

Uma das características marcantes do final do século XX, tem sido a apresentação do declínio dos movimentos sindicais enquanto atores políticos. Sob esse viés, o pensamento conservador apresenta o esgotamento da luta de classes como expressão desse declínio. Assim, em lugar da luta coletiva objetivando ganhos salariais – ou mesmo regulamentação social – que seriam socializados, teríamos a privatização dos ganhos a partir acordos individuais centrados em competências e qualificações definidas *a priori* pelo próprio mercado.

Mas como entender este processo? Como compreender sua emergência?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mercado mundial sofreu uma reorganização. Nessa conjuntura, algumas das históricas reivindicações do movimento operário foram incorporadas pelos países centrais do mundo capitalista e se consubstanciaram no chamado *welfare state*.

Entretanto, a "revitalização das forças do mercado mundial, ocorrida sob a hegemonia americana, progressivamente minou as condições de isolamento econômico nacional em que estavam baseados o poder social do trabalho organizado nos países centrais (...)."[8]

Duas leituras se fazem importantes. A primeira pontua que a absorção de reivindicações dos movimentos de trabalhadores aceitáveis ao capitalismo enfraqueceu a capacidade de organização e enfrentamento dos mesmos; a segunda aponta a maior integração entre as economias como desestabilizador dos movimentos sindicais ao quebrar as estruturas dos mercados nacionais que legitimavam a própria existência destas organizações.

[8] Giovanni Arrighi. Trabalhadores do mundo no final do século.*Praga – Revista de Estudos Marxistas*, n. 1, 1996, p. 27.

A contínua expansão econômica dos anos 1960/1970 ampliou a oferta de bens de consumo duráveis nos países centrais integrando os trabalhadores ao mercado consumidor.

Além disso, os países periféricos – Coréia do Sul, Brasil, Cingapura, entre outros – também passaram por rápida modernização com o contínuo deslocamento de empresas e capital dos países centrais para seus territórios. Tal deslocamento objetivava se beneficiar do baixo valor da força de trabalho, abundância de matérias-primas, vantagens fiscais, com o propósito de reduzir os custos da produção e, diante disso, maximizar os lucros dessas empresas.

O preço pago foi alto nos países centrais. O desemprego afetou as regiões industriais tradicionais reduzindo, ainda que momentaneamente, a capacidade de organização e luta dos sindicatos. Simultaneamente, ocorreu o crescimento de lideranças conservadoras na Europa e nos Estados Unidos – capitaneadas por Margareth Thatcher e Ronald Reagan – que adotaram um conjunto de normas político-econômicas denominadas neoliberais.

A "nova agenda" neoliberal corroborou a crise dos sindicatos nos países centrais ao projetar a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas mediante forte repressão aos movimentos sindicais, como ocorreu com os mineiros ingleses e os controladores de vôos norte-americanos, duramente reprimidos pelos governos Thatcher e Reagan após longas greves.

Nos países periféricos, "a expansão das indústrias de produção de massa de capital-intensivo que acompanhou esses 'milagres econômicos' também criou uma nova e militante classe trabalhadora com um significativo poder de ruptura".[9]

A emergência dos movimentos sindicais e sociais em países como o Brasil, a Coréia do Sul e a África do Sul, entre 1970 e 1990, foi exemplo maior da continuidade das lutas dos trabalhadores contra os governos militares, no caso do Brasil e Coréia do Sul, e contra o regime segregacionista branco sul-africano. No entanto, após 1990, em especial na América Latina, os governos eleitos passaram a adotar os preceitos neoliberais dentro dos ditames adotados na Europa e nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que os governos neoliberais isolaram os sindicatos de negociações sobre questões sociais, também criaram "condições para a introdução de uma pragmática produtiva, fundada na individualização das

[9] Giovanni Arrighi. *Op. cit.*, p. 29.

relações entre capital e trabalho e no boicote sistemático à atuação dos sindicatos e classe trabalhadora".[10]

Este boicote podia se traduzir, por exemplo, na cobrança de elevadas multas aplicadas pela Justiça do Trabalho, no Brasil, aos petroleiros durante a greve de 1995. Ou ainda, no constante emprego da mídia para desqualificar os movimentos sindicais e transformá-los, perante a opinião pública, em representações arcaicas, autoritárias, incapacitadas ao convívio na moderna sociedade de consumo.

Nesse sentido, o neoliberalismo soube construir um discurso consensual que escamoteasse a luta de classes. Consenso em que o trabalhador perde a dimensão do grau de exploração a que se encontra submetido, bem como da sua incapacidade de visualizar alternativas em virtude de seu afastamento do mundo político.

Nenhuma novidade! Marx afirmava que a "alienação do operário de seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em um objeto, em uma existência *externa*, mas também, que esta existência se encontra *fora dele*, é independente dele e aliena a ele e representa diante dele um poder próprio e substantivo, que a vida que o operário tem infundido ao objeto enfrenta a ele como algo estranho e hostil."[11]

O atual estágio da alienação do trabalhador não somente nega a permanência da luta de classes, como a transforma em uma realidade estranha ao próprio trabalhador que se percebe como beneficiário do crescimento do consumo e não mais como o que o efetivamente é: mercadoria para o capital.

A própria produção cultural reforça a reificação do trabalhador mediante a valorização do gosto pela imagem, representação abstrata que projeta a idealização que a sociedade capitalista faz de si mesmo. A imagem buscada é a do *espetáculo*. Sendo que, "o espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciça das imagens. Ele é um *weltanschauung* que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão de mundo que se objetivou."[12]

[10] Ricardo Antunes. A "terceira via" de "tory" Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. *Outubro*, n. 3, 1999, p. 35.

[11] Karl Marx. *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*. México: Grijalbo, 1968, p. 76.

[12] Guy Debord. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 14.

Objetivamente, a sociedade do espetáculo ao intensificar a fabricação da alienação, apresenta-a de forma sublime.[13] A imagem passa a representar a mercadoria a ser consumida, ou mesmo, o desejo de consumo. Alienação, consumo, mercado, o "espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, 'a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem.'"[14]

Esse processo resulta na transformação do homem em mercadoria, ou seja, "a produção não produz o homem somente como uma mercadoria, a mercadoria-homem, o homem em função da mercadoria, mas sim que o produz, precisamente nesta função, como um ser desumanizado tanto espiritual quanto fisicamente."[15]

Na prática, o neoliberalismo ao dimensionar o papel do espetáculo reforça a despolitização dos trabalhadores ocultando a luta de classes.

Nesse contexto de despolitização dos movimentos sindicais, nada mais significativo que uma central sindical brasileira, a Força Sindical, organizar, durante as comemorações do 1º de maio, não um ato questionando a política social do governo, ou mesmo, a ausência de diálogo com sindicatos, ou ainda, o irrisório valor do salário mínimo, mas sim um *show* envolvendo músicos populares, além de um sorteio de automóveis entre os participantes do ato.[16]

Apesar da conjuntura desfavorável que o consenso neoliberal erigiu no mundo "globalizado" em relação aos movimentos sindicais, a continuidade da luta de classes resultou em reestruturação dos movimentos políticos de esquerda, não mais centrados, unicamente, em sindicatos ou partidos políticos, mas sim na constituição de movimentos sociais cuja bandeira de

[13] Dotado de uma elevação excepcional, sua forma é apresentada desprendida de seu conteúdo material, condição necessária para, então, oferecer-se como a expressão naturalizada do processo histórico em curso. Para tal, vale-se de instituições de regulação e estabilização dos conflitos sociais criando um cenário sublimado que se sustenta a partir da repressão às manifestações das contradições deste processo e criando sua afirmação consensual. Cf. Terry Eagleton. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

[14] Guy Debord. *Op. cit*., p. 138.

[15] Karl Marx. *Op. cit*., p. 92.

[16] Central sindical construída como alternativa à CUT (Central Única dos Trabalhadores). A Força Sindical defende, durante as negociações coletivas, composições com o empresariado, o que ficou conhecido como "sindicalismo de resultados".

luta, em um primeiro momento, não se prende à tomada do poder pela via revolucionária, defendendo sim, rupturas com determinadas instâncias da sociedade capitalista, como o faz, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil.

Considerações preliminares acerca da luta de classes no Brasil em tempos de globalização

O atual perfil das relações capitalistas de produção em que o discurso da integração econômica acompanhado da eliminação de barreiras alfandegárias, cujas novas tecnologias atuam como um fator diferencial, mais a flexibilização das leis trabalhistas, tem incentivado a estratégia globalizada adotada pelos gerentes do capital, o que inclui, também, a desarticulação das organizações políticas dos trabalhadores. A viabilidade desse projeto encontra-se vinculada, portanto, ao desbaratamento do movimento sindical urbano, elo mais forte de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O ataque ao movimento sindical urbano se intensificou, no Brasil, nos anos 1990, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello. Adotando um discurso que aparentemente rompia com práticas políticas arcaicas, Collor foi responsável, além das primeiras medidas de abertura da economia nacional, também pelo enfrentamento com o movimento sindical dos servidores públicos federais dentro da lógica neoliberal.

Sustentado pelo discurso de qualidade e eficiência do Estado, Collor adotou a política de cerceamento das atividades sindicais dos servidores públicos. Como parte do mesmo conjunto de medidas, 108 mil servidores foram demitidos e mais 86 mil postos colocados em disponibilidade com o argumento de que esse era o caminho adequado para se atingir a modernização do Estado brasileiro.

À continuação da política de desmonte do Estado brasileiro e ao quadro recessivo, o movimento sindical reagiu com a deflagração de inúmeras greves. Como resposta, o governo respondeu com repressão e intensa campanha para desacreditar o movimento perante a opinião pública. Os trabalhadores foram acusados de responsáveis pela inflação e recessão existentes. A tentativa de implantar a ordem neoliberal fez com que, no período entre março a junho de 1990, primeiro ano do governo Collor, ocorressem 782 greves envolvendo 3.448.683 trabalhadores.

A forma como se implementou a política de abertura da economia, iniciada em 1991 e levada por toda a década, atingia danosamente a indústria nacional. Esta, foi duramente prejudicada, apesar dos primeiros momentos de euforia,[17] beneficiando-se os grandes conglomerados econômicos internacionais, resultando em elevado número de falências.[18] O segmento dos grandes empresários igualmente reagiram a essa política, pois acostumados com a economia cartelizada viam seus privilégios serem desviados para o benefício dos produtos estrangeiros. Perante esse quadro, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), posicionou-se, sob um viés conservador, criticamente em relação a política econômica do governo.[19]

Adotando práticas políticas arcaicas, cuja visão patrimonialista do Estado prevalecia, Collor conciliava privilégios da classe latifundiária brasileira com os do capital externo. Essa postura levou, em abril de 1991, para atender parte de sua base social de apoio, no entanto, à acusação de adotar uma política que sangrava os cofres públicos ao ajudar usineiros de cana-de-açúcar:

"Trata-se de uma política que corrói as instituições e estimula o crime, na medida em que toda a sociedade vê os amigos do rei serem beneficiados com favores escandalosos e ilegais (...) quando governador de Alagoas, Collor de Mello quebrou o Produban (banco estadual) para salvar dívidas dos usineiros do Estado. Agora, como presidente da República, passando por cima dos pareceres dos técnicos e atropelando a legislação em vigor, ele se prepara para autorizar um rombo de Cr$ 311 bilhões (...) O governo deve, ainda, brindar os maus pagadores com recursos da ordem de Cr$ 34 bilhões. Desses, Cr$ 21 bilhões são relativos a subsídios atrasados que o Tesouro Nacional deveria ao usineiros, e os Cr$ 13 bilhões restantes, a novos subsídios."[20]

O afastamento de Collor da presidência em 2 de outubro de 1992, não representou, entretanto, mudança significativa na condução política do

[17] *Folha de S. Paulo*, 25 out. 1999: "O advogado paulista Hélio da Silva Nunes, especialista em falências e concordatas, diz que as últimas medidas provocarão uma 'corrida às concordatas`. Segundo Nunes, as pequenas empresas fugiam do crédito e o comércio vai se safar: 'O mico ficará na mão da indústria'."

[18] *Folha de S. Paulo*, 25 dez. 1999: "foram requeridas 25,7 mil falências em todo o país, registrando queda de 17% na comparação com 98 [30,9 mil] segundo a Serasa."

[19] Cf. pronunciamento do presidente da Fiesp, Mário Amato, revista *IstoÉ Senhor*, n. 1110, 26 dez. 1990, p. 20.

[20] Cf. declaração do deputado do PT de São Paulo, Luiz Gushiken, à revista *IstoÉ Senhor*, n. 1124, 10 abr. 1991, p. 24.

governo. A indicação de Fernando Henrique Cardoso para a direção da economia do país, após curto período como Ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco, deu prosseguimento à implantação da política neoliberal estabelecendo forte aliança com o capital financeiro internacional.

Mediante adoção de uma política monetarista com elevadas taxas de juros, além de conter o consumo da população, objetivava, também, aumentar as reservas cambiais do país. Sob essa orientação, Fernando Henrique se credenciou a porta-voz das forças sociais reacionárias, com destaque para as velhas oligarquias nordestinas articuladas ao setor financeiro paulista, ao adotar a mesma lógica do desenvolvimentismo implantando uma política modernizadora de perfil conservador. Para aumentar a capacidade de consumo do mercado interno nacional não procurou ampliar o poder aquisitivo da classe trabalhadora, mas sim, a concentração da renda nas mãos da classes dominantes. [21]

"O modelo de política econômica adotado pelo governo já foi criticado [pela] (…) i) instabilidade macroeconômica associada à absorção crescente de recursos externos, a qualquer preço, de qualquer prazo e de qualquer natureza; ii) os impactos destrutivos em termos sociais e políticos sobre o emprego e os direitos sociais, além do desmantelamento do Estado e da Federação; e iii) a alienação de patrimônios nacionais de empresas (estatais e privadas) e a exploração predatória de recursos naturais com perda de soberania sobre parte importante do território, sobretudo no caso da Amazônia (…) A nossa marcha da insensatez (abertura financeira, juros altos e sobrevalorização cambial) começou no Governo Collor e agravou-se no segundo semestre de 1994, no ponto de partida do Plano Real."[22]

Observa-se, desse modo, que a adoção do plano de estabilização econômica brasileiro, o Plano Real, ao obedecer as diretrizes neoliberais, traçadas no chamado *Consenso de Washington*, seguia uma tendência que se genera-

[21] A lógica desenvolvimentista de incentivo à industrialização traz consigo a "(...) contradição crescente entre a base tecnológica, largamente sofisticada, e o mercado consumidor restrito. A solução para a criação de um mercado consumidor para esses bens duráveis passa a ser a concentração de renda nas camadas mais altas e não a ampliação desse mercado consumidor." Fernando Henrique Cardoso. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 63.

[22] Maria da Conceição Tavares. Entre a propaganda e a realidade. In: *Diretrizes do Programa de Governo Lula/Brizola*.

lizava como receituário econômico para vários países da América Latina. No caso do Brasil, ao adotar a sobrevalorização cambial e a abertura da economia como fatores de sustentação do Plano acabou por gerar elevados déficits na balança comercial, o que era mantido pela confiança em seu constante financiamento pelo capital externo.[23]

"A dolarização não permite questionar a lógica financeira do regime de acumulação (...) A forte volatilidade das taxas de juros e do Produto Interno Bruto (PIB) repuseram na ordem do dia o debate sobre a escolha do regime de câmbio mais eficaz na América Latina. O presidente argentino, Carlos Menem, avançou na idéia de uma dolarização do conjunto dessas economias. Seria um erro pensar que a questão dessa enorme volatilidade possa se resumir à adoção de um regime de câmbio adequado. O regime de acumulação dominante induz uma vulnerabilidade particularmente acentuada em relação ao estrangeiro. O regime de câmbio só a acentua ou a reduz."[24]

Esse perfil político passou a imperar por toda a década de 1990, independente de qual fosse o governo. Privatizações, arrocho salarial, altas taxas de juros, favorecimento ao setor financeiro nacional e internacional, tudo se justificava para, teoricamente, oferecer condições para o Brasil poder figurar no seleto clube das grandes potências. Afinal, em uma conjuntura de rápidas mudanças no setor produtivo mundial, onde as novas tecnologias assumem importância cada vez mais decisiva, o país não poderia deixar de acompanhar essa tendência.

Diante dessa lógica, tornava-se fundamental não perder as oportunidades de integração à nova economia mundial na qual o mercado virtual da Internet apresenta-se como seu grande expoente. Nesse caso, a abertura da economia foi acompanhada da tradicional importação de *know how*.

Paralelamente a esse contexto ampliação das ofertas de bens de consumo e de atualização tecnológica, a situação social brasileira atingia um de seus índices mais críticos. Enquanto nos países centrais os 10% mais ricos controlam de 20% a 30% da renda nacional, no Brasil esse controle se apro-

[23] Cf. Maria da Conceição Tavares. *Destruição não criadora: memória de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[24] Dolarização na América Latina. *Folha de S. Paulo*, 17. out. 1999.

xima dos 50%. A distribuição da renda nacional brasileira fica à frente, apenas, de Serra Leoa.[25]

A aliança político-social de postura conservadora ao conseguir minimizar a força de pressão do movimento sindical, criou condições favoráveis ao agravamento da questão social no momento em que a matriz neoliberal incentiva a concentração de rendas. No momento que se tem contração do poder de intervenção dos sindicatos, observa-se, entretanto, a ocupação desse espaço por movimentos sociais que, em sua ação, transcendem os limites corporativos de reivindicação salarial para a exigência de mudanças estruturais.

Essa conjuntura favoreceu a emergência de velhos temas, agora atualizados, como a questão da divisão fundiária. Nesse caso, a exigência de modernização da estrutura agrária brasileira afeta a própria composição da aliança de classes de sustentação do governo Fernando Henrique por ameaçar diretamente interesses de parte desse arranjo.

A alteração da estrutura agrária promoveria a rearticulação do perfil da estrutura econômica brasileira como um todo, pois pressionaria também, inclusive, para a redefinição da composição social do poder. Isso coloca o MST como a principal força sócio-política da transformação sócio-econômica do país. Tal posição do MST no cenário político nacional decorre de sua postura que transcende a simples luta pela posse da terra, para se estender ao plano de mudanças estruturais,[26] diante de uma conjuntura política que tem favorecido a afirmação da tendência de radicalização da luta de classes forçando o questionamento da organização social no Brasil.

Conclusão

Apesar dos arautos cantarem o fim da luta de classes, destruída pela integração do mundo em única "aldeia global", plugada à Internet, espectadora das televisões por satélites que informa fatos ocorridos com rapidez incomparável, ainda permanece atual a percepção de que a "moderna sociedade (…) não aboliu os antagonismos de classe. Toda a sociedade está a

[25] Dados do índice Gini organizado pelo Banco Mundial em seu relatório de indicadores de desenvolvimento para o ano de 1998.

[26] Cf. site MST: <http://www.sanet.com.br>.

cindir-se, cada vez mais, em dois campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado."[27]

Claro que as atuais transformações operadas na produção capitalista ampliaram o campo do antagonismo no interior da sociedade burguesa. Na prática, o conflito entre capital e trabalho incorporou não somente o trabalhador fabril, mas também professores, médicos, servidores públicos, camponeses etc.

Por outro lado, o refluxo da luta sindical expressando o grau de coação vivenciado pelos sindicatos não implicou superação da luta de classes. Em parte presos aos temas intrínsecos à realidade da categoria profissional, os sindicatos não conseguiram reaglutinar em torno de si propostas que questionassem não a realidade conjuntural, mas sim, a estrutura social como um todo.

Nesse quadro, os movimentos que transcendem tais limites se apresentam como mais capacitados a atuar no campo político questionando a conjuntura opressiva que os afeta, como também apresentando propostas que alteram a própria estrutura da sociedade capitalista.

Essa capacidade de falar a segmentos mais amplos e díspares da sociedade explica, em parte, a força de movimentos como o MST no Brasil. O MST parte da realidade de seus membros – a necessidade de obterem terras para garantir o sustento de suas famílias – para um vigoroso questionamento da estrutura rural brasileira marcada pela concentração fundiária. A partir daí, questionam o próprio capitalismo no Brasil relacionando-o com a exclusão social característica deste país.

Fica claro que a estruturação de um mercado globalizado soldado na leitura consensual da ruptura da luta de classes, nada mais é do que a afirmação da hegemonia burguesa. A própria existência de movimentos sociais da amplitude do MST apontam percurso contrário, explicitando a vivacidade e permanência do velho "espectro" a rondar a sociedade global capitalista: o espectro da luta de classes.

[27] Karl Marx. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1987, p. 35.